

## ALTO CUSTO

# Estado deve desistir de túnel na Praça do Cauê

**Ideia é fazer com que ônibus tenham acesso à Terceira Ponte por meio de vias alternativas**

▄ **FREDERICO GOULART**  
fgoulart@redgazeta.com.br

A proposta de implantação de mergulhões (pequenos túneis) para a circulação de automóveis na Praça do Cauê, em Vitória, deve ser deixada de lado pelo governo do Estado. A ideia é fazer com que o acesso de ônibus entre a Reta da Penha e a Terceira Ponte seja feito por vias alternativas, que ainda não foram definidas.

Essa decisão, no entanto, não inviabiliza o projeto de abertura da praça para a passagem de automóveis, previsto para acontecer após audiência pública marcada para segunda-feira.

De acordo com o projeto inicial – previsto no Programa de Mobilidade Metropolitana Secretaria de



**Projeto de abertura da praça para a circulação de veículos está mantido**

Estado dos Transportes e Obras Públicas (Setop) – com a implantação do BRT (via exclusiva para ônibus), só seria possível passar pela praça de coletivo através de faixas exclusivas. Os demais veículos deveriam usar os túneis.

O secretário Fábio Damasceno explicou que, além do alto custo, no local há

pouco espaço para implantação das rampas de acesso e de saída dos mergulhões. “Elas teriam que avançar para muito além da praça”.

Ele explica que outras alternativas estão sendo usadas para os ônibus – as vias criadas dentro da praça serão exclusivas para carros. A volta da utilização da Rua Dukla de Aguiar, antigo

CARLOS ALBERTO SILVA – 29/02/2012

acesso à Terceira Ponte para quem vinha da Reta da Penha, não foi descartada.

No final de julho, o Ministério Público Estadual (MP/ES) enviou uma notificação recomendatória exigindo a marcação de audiência pública para discutir a abertura da praça com os moradores. O custo da intervenção é de R\$ 1,5 milhão.

## PEDIDO DA DEFENSORIA

# Justiça determina internação de usuário de crack

**A dependência fazia com que jovem de 22 anos agredisse sua mãe constantemente**

A Justiça determinou a internação compulsória de um usuário de crack de 22 anos de idade, a pedido da Defensoria Pública Estadual (DPES). A dependência química estava fazendo com que ele agredisse a mãe, escondesse armas de traficantes em casa e vendesse os objetos da residência, localizada na região da Grande São Pedro, em Vitória.

Em razão do alto grau de dependência, o rapaz roubava de casa os telefones celulares da mãe, fios de eletricidade, motor de fogão e até roupas íntimas. Tudo era trocado por drogas.

O caso chegou até a Defensoria Pública por causa das sucessivas agressões praticadas contra a própria mãe. Ele chegou a ficar preso por três meses, no início

deste ano, pela Lei Maria da Penha. Na ocasião, prometeu buscar tratamento para a dependência química e conseguiu internação em uma clínica religiosa.

Porém, o vício não foi superado e as agressões voltaram. O defensor público do Núcleo da Mulher, Carlos Eduardo Rios do Amaral, então, pediu à Justiça a internação.

A liminar foi concedida no último dia 2 pela juíza Rachel Durão, do 2º Juízo Especial da Fazenda Pública de Vitória. As secretarias municipal e estadual de Saúde deverão providenciar a internação cinco dias após serem notificadas. Se não houver vaga, deverão custear o tratamento em clínica privada.

A Secretaria de Saúde de Vitória informou que já pediu a vaga ao governo do Estado. A Secretaria Estadual foi notificada na terça-feira. (Vinícius Valfré)